

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS À FORMAÇÃO DE DOCENTES

Francisco Fabrício Medeiros Pereira ¹

Rayssa Rafaela de Lima Menezes ²

Katayamm Jurema Morais de Castro Oliveira ³

Izauro Camilo de Oliveira Neto ⁴

Francisco de Assis Pereira Júnior ⁵

Maria das Dores de Medeiros Marinho ⁶

RESUMO

A Educação Especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, quando é falado em educação inclusiva é também pensado numa perspectiva que assume que a educação é para todos de forma integral e que o sistema educativo deve fortalecer-se continuamente para alcançar todos os alunos, devendo ser capaz de identificar, a cada momento, as barreiras que impedem a construção, participação e a aprendizagem de todos os alunos e procurar encontrar o modo de as superar. A pesquisa tem como problema: quais as ações institucionais para formação de docentes na educação inclusiva. Como principal objetivo a avaliação inclusiva das ações institucionais a partir da formação dos professores. A pesquisa é caracterizada por sendo bibliográfica, assim, trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, de abordagem qualitativa. Diante do que foi escrito, o objetivo deste trabalho é avaliar de forma inclusiva as ações institucionais a partir da formação dos docentes, a fim de fazer acontecer uma educação inclusiva de qualidade, como também os principais desafios enfrentados pelos docentes e as estratégias de ensino utilizadas pelos mesmos para o processo de inclusão destes alunos, abordando também a importância da escola para o desenvolvimento dos discentes.

Palavras-chave: Construção, Instituições, Professores, Desafios, Educação Especial.

INTRODUÇÃO

Quando é falado em educação inclusiva é também pensado numa perspectiva que assume que a educação é para todos de forma integral (EASNIE, 2018) e que o sistema educativo deve fortalecer-se continuamente para alcançar todos os alunos, devendo ser

¹ Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Iguaçu -FI, fabriciomedeiros385@outlook.com;

² Especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ, rayssarafaelalm@hotmail.com;

³ Mestranda do Curso de Ciências da Educação da World University Ecumenical - WUE, katayamm@hotmail.com;

⁴ Mestrando do Curso de Ciências da Educação da World University Ecumenical - WUE, veira.oliveira@hotmail.com;

⁵ 5 Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN/Campus Apodi, p.assis@escolar.ifrn.edu.br;

⁶ Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, dalilamedeiros94@gmail.com.

capaz de identificar, a cada momento, as barreiras que impedem a participação e a aprendizagem de todos os alunos e procurar encontrar o modo de as superar (UNESCO, 2017). Todo esse processo contínuo de fortalecimento da capacidade do sistema educativo para responder a todos pressupõe educar a diversidade dos alunos da educação infantil especialmente (SANCHES, 2005; UNESCO, 2009).

É esse o desafio que os professores têm enfrentado na sala de aula que vem exigindo equacionar abordagens ao ensino, que não sejam uniformizadas e que atendam às diferenças de todos. Assim, é nesse contexto que surge a diferenciação pedagógica inclusiva como uma abordagem ao ensino que promove a inclusão e a equidade educativa (SOUSA, 2010). No entanto, apesar das evidências positivas do seu potencial na promoção da participação e sucesso de todos os alunos na sala de aula (UNESCO, 2017), assim, os professores tendem a não a implementar como uma prática incorporada nas suas rotinas de trabalho diárias (TOMLINSON, 2016). Essa situação deve-se, tanto em parte, aos professores não terem uma noção clara do que seja a diferenciação pedagógica ou terem uma noção imprecisa do que ela é (FEYFANT, 2016), julgando, neste caso, estar a desenvolver práticas de diferenciação pedagógica quando, na realidade, não estão, bem como a forma como lida a educação inclusiva.

Desta associação conceptual foi resultado uma representação, que se cristalizou com os professores e nas escolas, em que a diferenciação pedagógica é uma abordagem ao ensino orientada apenas para os alunos que, por razões variadas, não conseguem acompanhar a aula padrão, comum a todos, os alunos especiais. Essa forma de compreender a diferenciação pedagógica encontra-se desalinhada dos princípios da diferenciação pedagógica inclusiva, tal como defendido por Tomlinson (2014). Para além da imprecisão conceptual, os professores tendem a implementar pouco essas práticas em razão das suas crenças sobre diferenciação pedagógica, da falta de formação, do modo como concebem a diversidade, da falta de tempo, entre outras (CIVITILLO et al., 2016; DIXON et al., 2015; HEHIR et al., 2016; JAGER, 2013; WAN, 2017). É, em decorrência disso que é importante clarificar para professores e escolas o que é a diferenciação pedagógica inclusiva e apoiá-los na reflexão de suas práticas e no equacionamento da utilização de outras mais, consonantes com o potencial para responder à diversidade.

A educação escolar de crianças com deficiência tem se constituído como uma temática de grande relevância nos dias atuais, seja pelos desafios e dilemas que coloca, tanto em termos das políticas públicas quanto em termos das práticas educativas

cotidianas. Essa atenção está em pauta na agenda de pesquisas que enfocam a educação especial no contexto das políticas de educação inclusiva, ampliando o escopo das investigações a respeito das condições e das formas de acolhimento educacional de alunos com deficiência que passam a frequentar a instituição escolar (DAINEZ, 2019).

Nesse sentido, as questões mais importantes a serem respondidas e debatidas atualmente, em relação à inclusão escolar de crianças com deficiências, referem-se não somente ao direito dessas crianças frequentarem a escola comum, mas a como educadores podem fornecer uma educação adequada que atenda às necessidades educacionais especiais garantindo, assim, progresso e permanência das crianças na escola (MATOS; MENDES, 2015). Nesse sentido, ainda há diversos desafios a serem enfrentados os quais, além disso, continuam a produzir questionamentos e a requerer esforços das políticas públicas e da comunidade acadêmica e científica para que os pré-requisitos de uma efetiva inclusão das diferenças sejam garantidos, especialmente a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Com relação a inclusão de crianças com autismo na escola verifica-se que tem sido cada vez mais estudada por um número maior de professores da área de inclusão, e por isso, neste projeto, pretende-se discutir e problematizar a questão da inclusão no ensino infantil. Assim, nos interessa pensar sobre os fatores significativos que essa inclusão trará ao desenvolvimento do aluno em sala de aula. Ao encontro disso, para um melhor entendimento do assunto, se faz necessária uma breve reflexão sobre o que significa o termo “inclusão” (MACIEL; PIECZKOWSKI; RECH, 2018).

Ao se pensar sobre a palavra “inclusão”, automaticamente, lembra-se da palavra “incluir”, um verbo que pressupõe colocar qualquer coisa no lugar em que ela não se encontra. Entretanto, no Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2009), este vocábulo “incluir” significa “fazer parte de um certo grupo” (HOUAISS, 2009).

Diante desses exemplos, pode-se considerar que, o significado de inclusão encontrado nos dicionários é o ato de inserir, de colocar algo no meio de outros, de integrar um elemento num todo. Cabe dizer que, nas consultas realizadas em outros dicionários, a palavra integração aparece como inclusão e inserção, o que significa introduzir um elemento (o aluno) num conjunto (um grupo de alunos) que já foi excluído (MANTOAN, 2006). Para isso, a inclusão requer muitas reflexões e revisões de ações e práticas ocorridas na sociedade, mas para que isso aconteça, a escola e a comunidade devem-se desligar dos paradigmas pré-estabelecidos e (re)configurarem as suas práxis

em prol da inclusão (MACIEL; PIECZKOWSKI; RECH, 2018). Dessa forma, observa-se a inclusão dos alunos especiais sendo essencial a formação de docentes, com capacitação e realização auxílio para os pais, escola e toda comunidade. A pesquisa tem como **problema**: quais as ações institucionais para formação de docentes na educação inclusiva dos alunos especiais.

É de suma importância que toda a comunidade respeite e aprende a lidar com a educação inclusiva, especialmente os profissionais da educação, outro ponto é a pesquisa que deve ser considerada, ainda faltam muitas pesquisas sobre o tema em questão, assim, é preciso realização de temas em periódicos, anais de eventos, rádios, entres outros meios de comunicação que venha a ampliar o cuidado a educação inclusiva e formação docente. Assim, a pesquisa tem como principal **objetivo** a avaliação inclusiva das ações institucionais a partir da formação dos docentes.

METODOLOGIA

A pesquisa é caracterizada por sendo bibliográfica, assim, trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, de abordagem qualitativa.

Segundo Gil (2017), os estudos exploratórios “[...] têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, considerando os aspectos relativos ao fenômeno estudado a partir de entrevistas com pessoas que vivenciaram a prática do assunto a ser pesquisado. Seu caráter descritivo advém dos seus objetivos que visam descrever as características de uma determinada população, um fenômeno.

Portanto, este estudo se configurou como qualitativo por se colocar como uma alternativa metodológica para pesquisas que trabalham com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2014).

Impõe ao pesquisador conhecer e compreender a literatura, aplicar a revisão, analisar os resultados, fazer a síntese e avaliar criteriosamente todo o processo da construção do conhecimento.

À luz do que até definimos realizamos uma pesquisa de revisão bibliográfica sistemática desencadeada por meio do levantamento, da seleção e da análise do material publicado a respeito do tema, seguindo todo o rigor necessário à confiabilidade do estudo. Igual preocupação foi ressaltada por Bardin (2016), para que a sistematização dos dados seja coerente com a problemática.

Foram feitas buscas, produções científicas em periódicos nacionais e internacionais durante os meses de Maio e Junho de 2024. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da busca manual, com pesquisadores independentes, nas seguintes bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online). Os descritores utilizados para a busca foram: Inclusão, educação, formação docente, Autismo.

A análise dos artigos foi predominantemente de cunho qualitativo, ou seja: ao invés de chegar-se aos temas pela utilização de medidas, procurou-se interpretar os sentidos das ideias centrais dos artigos a partir do objetivo do estudo e questão.

De acordo com o ministério da educação e o ministério da Educação (1994) houve uma época em que pessoas com deficiências eram sacrificadas, porque para a população não apresentava nada de útil. Assim, durante séculos, os deficientes foram considerados seres distintos e à margem dos grupos sociais. As crianças com alguma deficiência e até as que não conseguiam aprender por alguma razão, eram vistas como “retardadas”, infelizmente essa realidade ainda é percebida por profissionais da área, pois a família, muitas das vezes demoram ou não procuram ajuda necessária (BRASIL, 1996).

REFERENCIAL TEÓRICO

O termo para pessoas com deficiência também foi se modificando em conformidade com estudos. Os avanços que a educação especial vem traçando, do mesmo modo, o olhar para essa realidade. Porém, apesar das conceituações vigentes terem uma argumentação técnica e serem legitimadas pelas políticas educacionais oficiais, ainda assim, predominam termos que, na prática social, configuram-se em estigmas em relação ao público alvo da Educação Especial (OLIVEIRA, 2017). Em consonância com a política nacional de educação especial BRASIL (1994) relata que:

O papel da educação especial assume, a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania (BRASIL, 1994, p. 9).

Deve salientar ainda, que a educação inclusiva não restringe apenas as pessoas com deficiência, mas todas as pessoas que apresentem dificuldade de aprendizagem, seja ela qual for e, necessitar de atendimento educacional especializado. A política de inclusão foi implementada para todos os segmentos da educação especial, ampliando assim, o atendimento especializado para (COSTA *et al*, 2016):

Aqueles com dificuldades acentuadas de aprendizagem, associadas ou não à deficiência; os que têm dificuldades de comunicação e expressão, e aqueles com grande facilidade de aprendizagem (altas habilidades/superdotação), garantindo a todos o direito de matrícula em classes comuns da educação regular e o direito ao atendimento educacional especializado (COSTA *et al*, 2016).

O movimento em favor da “educação para todos” caracteriza-se pela luta pelo ensino público e gratuito e na busca em garantir o direito à educação a todos os indivíduos, como garantia de direitos humanos. Ressalva ainda que: “A partir de então, as pessoas com deficiência são vistas com direito a uma educação, “a especial”, diferenciada da educação regular (OLIVEIRA, 2017).

São destacados consideráveis avanços na conquista da igualdade e do exercício de direitos, como por exemplo, a Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o propósito de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social (SALAMANCA, 1997):

[...] o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (SALAMANCA, 1997, p 1).

Ainda de acordo com o autor sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. A declaração de Salamanca (1997) “proclama que toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”. Na referida conferência foi convocado que

todos os governos presentes se comprometessem a assumirem seus papéis que culminaram no documento.

A Declaração de Salamanca (1997, p. 1 e 2) congrega que:

Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma; encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.

Menezes (2001) relata que:

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70 (MENEZES, 2001).

O autor enfatiza que a Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por qual motivo for.

A ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja (MENEZES, 2001).

Com todos os pontos positivos da educação especial, ainda há um caminho longo a ser percorrido, inclusive, no que diz respeito ao preconceito, segregação. Inclusão, tornando a tarefa mais difíceis diante das barreiras alcançadas. A respeito da estrutura de ação em educação especial das orientações para ações em níveis regionais e internacionais. A Declaração de Salamanca (1994, p.5) afirma:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo

apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (...).

Concordando com Mantoan (2003) que aborda que:

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos (MANTOAN, 2003, p.30).

Não basta incluir como nos refere as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica sobre a educação especial. Tão importante quanto as tecnologias, é a presença e apoio da família no acompanhamento desses alunos, assim como da comunidade em consonância com a escola e os profissionais que os assistem (CALADO; PETRUCCI-ROSA; FERRARI, 2020):

Assim, a problemática do envolvimento parental tem-se tornado uma temática relevante, pois o desenvolvimento do aluno, na escola, também está atrelado ao acompanhamento dos pais no processo escolar, tendo em vista que quando esses se envolvem na educação dos filhos, as crianças e/ou adolescentes se tornam cidadãos com melhores perspectivas de vida bem como escolar, o que reflete direta e positivamente nos campos social e profissional do educando [...] (CALADO; PETRUCCI-ROSA; FERRARI, 2020).

A orientação aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012 da política nacional de educação especial também fala sobre a participação da comunidade (BRASIL, 2013):

[...] Na formulação, implantação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas constitui um dos mecanismos centrais para a garantia da execução dessa política, de acordo com os atuais preceitos legais, políticos e pedagógicos que asseguram às pessoas com deficiência o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis (BRASIL, 2013).

De acordo com as diretrizes, o AEE deve integrar o projeto político pedagógico - PPP da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, gestores escolares, secretaria de educação e educadores. Um trabalho em conjunto onde todas as pessoas envolvidas são comprometidas em fazer sua parte, não tem como dá errado. O aluno e a escola agradecem.

A forma como a criança com transtorno do espectro autista (TEA) por exemplos se inclui na escola deve ser feita de forma acolhedora, dispondo dos seus direitos de modo

a se tratar, de um processo social complexo que resulta de ações estabelecidas por agentes distintos envolvidos (diretamente ou indiretamente) com o processo de ensino-aprendizagem (BENITEZ; DOMENICONI, 2015). O termo inclusão, articula-se aos direitos humanos e democráticos, sob influências locais, globais, ideológicas, econômicas, sociais e culturais (NOZU; BRUNO; CABRAL, 2018).

Uma intervenção eficiente deve levar em consideração, portanto, o nível de aprendizagem em que o aluno está e as possíveis condições para uma intervenção significativa, que deve ser feita coletivamente, por todos que fazem parte da escola, através de ações pedagógicas investigativas e intencionais, de modo que as situações de aprendizagem devam ser organizadas pela construção de oficinas interativas, que atraíam a atenção das crianças às múltiplas possibilidades dos conteúdos que estão sendo ensinados, fazendo com que elas encontrem sentido, possibilidades e formas de atingirem o conhecimento (BEBER et al, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do que foi escrito, o objetivo deste trabalho foi avaliar de forma inclusiva as ações institucionais a partir da formação dos docentes, a fim de fazer acontecer uma educação inclusiva de qualidade na formação docente, como também os principais desafios enfrentados pelos docentes e as estratégias de ensino utilizadas pelos mesmos para o processo de inclusão destes alunos, abordando também a importância da escola para o desenvolvimento de tais alunos.

Após a pesquisa realizada pode-se contatar a grande realidade vivida hoje nas escolas e a educação inclusiva que são evidentes também o despreparo e falta de conhecimento dos profissionais quanto as informações e manifestações da inclusão. Os docentes têm conhecimentos superficiais das características e interação sobre a educação inclusiva, conseqüentemente apresentam receio ao receber os alunos em sala de aula, devido eles terem muitas vezes dificuldades na aprendizagem, na linguagem oral, no contato visual e em alguns casos, apresentam situações de agressividade.

Alguns profissionais se destacam demonstrando interesse em conhecer e se aprofundar nas suas características. Porém sabe-se que a formação e as informações desses educadores não são suficientes para se trabalhar de forma adequada e significativa com tais alunos.

Por fim, vislumbrou-se a indispensabilidade de expandir os estudos nesta área através de mais pesquisas que foquem na realidade vivida por professores e alunos com educação inclusiva no espaço escolar e, só assim, a inclusão escolar destes alunos pode sim ocorrer com sucesso. Outro fator importante é a necessidade de melhoria do tema e discussão de bibliografias disponíveis para toda a comunidade, de modo a ver o aluno de modo completo e não somente de acordo com sua deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sabemos a educação inclusiva é um direito fundamental que busca garantir a todos os estudantes, independentemente de suas características ou necessidades, o acesso e a permanência em ambientes escolares que respeitem suas individualidades. As ações institucionais desempenham um papel crucial nesse processo, pois são elas que estabelecem as diretrizes e práticas necessárias para criar um ambiente inclusivo. Com isso, a formação de docentes é um pilar essencial para o sucesso da educação inclusiva. É necessário que os educadores sejam preparados não apenas em conteúdos pedagógicos, mas também em competências sócio emocionais e metodológicas que lhes permitam atender à diversidade presente nas salas de aula. A promoção de formações continuadas e a valorização do conhecimento sobre práticas inclusivas são fundamentais para que os professores se sintam seguros e capazes de atender todos os alunos.

Além disso, é imprescindível que haja uma colaboração efetiva entre as instituições de ensino, famílias e a comunidade, criando uma rede de apoio que favoreça a inclusão. O comprometimento dos gestores e a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão são passos essenciais para transformar a realidade educacional. Por fim, ao promovermos uma educação inclusiva de qualidade, não estamos apenas atendendo às necessidades específicas dos alunos, mas também enriquecendo o ambiente escolar como um todo. A diversidade é uma fonte de aprendizado e crescimento mútuo, contribuindo para formar cidadãos mais empáticos e conscientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11687013/artigo-58-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 03 de mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

CALADO, H. C. PETRUCCI-ROSA, M. I. FERRARI, B. A Física escolar e o currículo narrado no Facebook: tradições curriculares a partir de duas comunidades virtuais de professores de Física. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 38, n. 2, p. 1364-1380, ago. 2021.

COSTA, D. F. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Breve Contexto Histórico das Mudanças de paradigmas**, 2016.

CIVITILLO, S.; DENESSEN, E.; MOLENAAR, I. How to see the classroom through the eyes of a teacher: consistency between perceptions on diversity and differentiation practices. *Journal of Research in Special Educational*, v 16, n. s1, 2016. p. 587–591.

DAINEZ, D. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva, **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, 2019.

DIXON, F. A.; YSSEL, N.; MCCONNELL, J. M.; HARDIN, T. Differentiated Instruction, Professional Development, and Teacher Efficacy. *Journal for the Education of the Gifted*, 2014. p. 1–17.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOUAISS, A. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 3.0. Editora Objetiva. 2009.

HEHIR, T.; GRINDAL, T.; FREEMAN, B.; LAMOREAU, R.; Borquaye, Y.; Burke, S. Os Benefícios da Educação Inclusiva para Estudantes com e sem Deficiência. São Paulo: Instituto Alana, 2016.

JAGER, T. Guidelines to assist the implementation of differentiated learning activities in South African secondary schools. *International Journal of Inclusive Education*, v 17, n. 1, p. 80-94, 2013.

FEYFANT, A. La différenciation pédagogique en classe. Dossier de veille de l'IFÉ, n. 113. Lyon: ENS de Lyon, 2016.

MACIEL, A. L. B.; PIECZKOWSKI, S. I.; RECH, T. L. A inclusão de crianças com autismo na educação básica: fatores significativos para o desenvolvimento infantil. *Anais Seminário Educação, Cruz Alta*, v. 6, n.1, 2018.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: _____; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (ORG.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006. p.15-30.

MATOS, S.N.; MENDES, E.G. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.21, n.1, p.9-22, 2015.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças. Inclusive-Inclusão e cidadania*, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão promove a justiça*. 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, p. 200. 2014.

UNESCO. *Directrices sobre políticas de inclusión en la educación*. Paris: UNESCO, 2009.

UNESCO. *A guide for ensuring inclusion and equity in education*. Paris: UNESCO, 2017.

SANCHES, I. Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. *Revista Lusófona de Educação*, n. 1, p.127-142, 2005.